

# EPISTEMICÍDIO E NECROPOLÍTICA: A PRETAGOGIA COMO ALTERNATIVA AOS PROCESSOS EXCLUDENTES DE ENSINO

## EPISTEMICIDE AND NECROPOLITICS: PRETAGOGY AS AN ALTERNATIVE TO EXCLUSIVE TEACHING PROCESSES

Elvis Gomes Marques Filho 1

Leticia Oliveira Souza 2

Marcos José Soares de Sousa 3

Lucineide Barros Medeiros 4

Mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Professor efetivo da Universidade Estadual do Piauí. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensões Esperança Garcia (GEPEG/UESPI/CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0803042697968170>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2681-6094>.  
E-mail: [elvisfilho@pcs.uespi.br](mailto:elvisfilho@pcs.uespi.br)

Mestranda em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensões Esperança Garcia (GEPEG/UESPI/CNPq).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9232158405483222>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0139-8383>.  
E-mail: [leticiaoliveiraasouza@yahoo.com.br](mailto:leticiaoliveiraasouza@yahoo.com.br)

Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual de Maringá. Professor da rede pública municipal de ensino do Maranhão.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1779332708139264>.  
E-mail: [mcoj1979@hotmail.com](mailto:mcoj1979@hotmail.com)

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Educação, Universidade Federal do Piauí. Professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2980828784505846>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1538-2705>.  
E-mail: [lucineidebarros@cceca.uespi.br](mailto:lucineidebarros@cceca.uespi.br)

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de analisar a pretagogia como alternativa para ruptura da necropolítica e o epistemicídio, considerados os mecanismos de morte do sistema capitalista sobre o corpo negro. A relevância do tema consiste em identificar como se constituem os conceitos, suas causas e relações diretas dentro da atmosfera social, bem como a educação direcionada ideologicamente como metodologia de combate ao racismo. Ademais, objetiva a reflexão crítica sobre os processos educacionais brasileiros, que historicamente negligenciaram os saberes afrodiaspóricos, fundamentais à edificação do povo negro. Para tanto, utiliza-se como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica e análise documental, concluindo que a pretagogia atua dentro das estruturas de poder neoliberal, transformando corpos marginalizados em agentes transformadores de sua própria história, priorizando o autoconhecimento e pertencimento aos valores e à cultura africana, como alternativa aos processos excludentes de ensino.

**Palavras-chave:** Necropolítica. Epistemicídio. Pretagogia. Educação.

**Abstract:** This article aims to analyze pretogogy as an alternative to rupture necropolitics and epistemicide, considered the mechanisms of death of the capitalist system on the black body. The relevance of the theme consists in identifying how concepts are constituted, their causes and direct relationships within the social atmosphere, as well as ideologically directed education as a methodology to combat racism. Furthermore, it aims to critically reflect on Brazilian educational processes, which historically have neglected Afro-diasporic knowledge, fundamental to the edification of the black people. To this end, bibliographic research and document analysis are used as a methodological contribution, concluding that pretogogy acts within neoliberal power structures, transforming marginalized bodies into transforming agents of their own history, prioritizing self-knowledge and belonging to African values and culture, as an alternative to exclusionary teaching processes.

**Keywords:** Necropolitics. Epistemicide. Prategogy. Education.

## Introdução

“O drama da cadeia e favela  
Túmulo, sangue, sirene, choros e velas  
Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia  
Que sobrevivem em meio às honras e covardias” (RACIONAIS  
MC’S, 2002).

A epígrafe acima faz referência à música “Negro Drama”, do grupo de rap paulista, Racionais MC’s, do álbum *Nada como um Dia após o Outro Dia*, lançado em 2002. Os vocalistas descrevem, em versos de caráter narrativo, a chacina que o estado brasileiro promove sobre os corpos negros, a maneira que o racismo é utilizado como arma de manutenção das elites hegemônicas. Debruçando-se sobre o cotidiano de violência nas periferias, temática bastante recorrente nas letras do grupo, que se tornou referência na luta antirracista em todo o país. Após dezenove anos do lançamento da canção, observa-se que poucas mudanças significativas foram efetivadas e o genocídio da população negra torna-se cada vez mais naturalizado em nossa estrutura social.

Por outra forma, antes mesmo do surgimento do termo, a necropolítica à brasileira, definida ao longo deste texto, já se mostrava presente e eficaz, fazendo com que as crueldades do estado, sobre a classe negra, fossem relativizadas, justificadas e posteriormente esquecidas, como mais um número perdido nas estatísticas que não param de subir a cada minuto. A manutenção do racismo é pilar fundamental para edificação e soberania do sistema capitalista. Assim, o corpo negro é, por um lado, de fundamental importância para a edificação das relações de domínio exercido pelo poder opressor e, de outro lado, é também matéria-prima para a sua própria libertação; assim, o corpo negro, se configura como um marco político (CABRAL, 1998), logo:

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação[...]. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo (FOUCAULT, p. 25, 1987).

Contudo, para que este projeto possa continuar, é necessária a solidificação de um mecanismo que favoreça a inércia e falsa percepção de incapacidade de ação e compreensão da condição de oprimido, concepções organizadas pelo epistemicídio, que por sua vez, gera uma esteira destrutiva de mentes, até a completa aniquilação de corpos, proposta pela necropolítica. Como caminho para a sobrevivência e medida de combate, a pedagogia decolonial, descrita no decorrer deste artigo, sugere processos educacionais em contraposição às bases eurocêntricas, voltados à valorização de saberes afrodiáspóricos, isto é, facilitadores da destruição dos mecanismos aqui descritos, contexto em que se apresenta a pretagogia como alternativa.

A pesquisa classifica-se como inquirição exploratória, à medida que tem-se como inquietação oportunizar maior familiaridade com o problema, concomitante com a preocupação

central de afirmar um tipo de pensamento que preside a discussão. Utiliza-se o levantamento bibliográfico e o estudo de paradigmas na produção desse entendimento. Para tanto, apropria-se da pesquisa bibliográfica, que analisará os postulados de Achille Mbembe, Sandra Petit e Sueli Carneiro, obras recorrentes e essenciais para as análises acerca dos conceitos de necropolítica e epistemicídio, em relação direta com a atmosfera social, e a pretagogia como metodologia de combate ao racismo.

Como aporte argumentativo direto, trabalham-se, alguns postulados de referência, tais como: Foucault (1995, 1987), Amical Cabral (1978), Paulo Freire (1987, 1978, 1981, 1992, 2000) e Gentili (1996) no intuito de contribuir com novas perspectivas, acerca da construção do campo teórico, no que concerne à identificação da pretagogia como alternativa aos mecanismos de morte do sistema capitalista. O aporte teórico da pesquisa bibliográfica está envolto de etapas que necessitam do pesquisador, atenção, dedicação e rigorosidade metódica, isto é: “[...] o questionamentos e interlocuções críticas com o material bibliográfico que exige vigilância epistemológica” (BRITO, 2019 *apud* Lima; MIOTO, 2007).

### **Necropolítica e epistemicídio: dependência e reciprocidade existente no facto cultural e facto econômico/político**

Assimilar ou liquidar? Quando Goebbels, o grande articulador da propaganda nazista, entre 1933 e 1945, ouvia falar sobre qualquer tipo de expressão cultural, rapidamente utilizava-se do autoritarismo e violência para minimizar a questão (CABRAL, 1978). Isto é, os nazistas, os quais organizavam-se sobre a ótica mais cruel do imperialismo, mesmo com sérios desvios de caráter e humanidade, compreendiam a importância da cultura, como pedra fundamental para resistência ao julgo do opressor. Historicamente, em algumas circunstâncias, o estrangeiro consegue empenhar domínio a um povo. No entanto, a permanência sobre sua autoridade só é fixada quando há a repressão e destruição constante da cultura desse mesmo povo. A implementação definitiva do domínio, só ocorre, com o genocídio de toda ou parte da população dominada. Esses fatos demonstram a tênue relação entre dependência e reciprocidade, existente no facto cultural e facto econômico/político (CABRAL, 1978). A cultura, fruto da história de um povo, torna-se resistente ao domínio do estrangeiro, por ser a manifestação do plano ideológico ou idealista da realidade material e histórica de uma sociedade dominada ou em processo de dominação. A marginalização do facto cultural de uma comunidade é caracterizada como epistemicídio, a dominação ocidental do norte capitalista soberano, sobre o conhecimento e saberes dos povos do sul, viabilizando sua destruição cultural (SANTOS, 1995): “El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación” (SANTOS, 1998, p. 208). Em outras palavras, o epistemicídio seria a morte simbólica do povo preto, possibilitada pelo apagamento cultural de suas referências africanas e afrodiáspóricas (CARNEIRO, 2005).

O epistemicídio ocorre quando um povo encontra-se historicamente subjugado, utilizado como estratégia pelo sistema capitalista, que pretende manter a população oprimida eternamente em condição de subalternidade e subserviência, revelando a lógica da “única narrativa”, excluindo qualquer outro caminho, que não se baseie na monocultura hegemônica neoliberal (CARNEIRO, 2005). O imperialismo colonizador atuante no continente africano, representado nas Américas com a escravidão negra, forçou os povos conquistados a abandonarem suas religiões, crenças e credos em uma conversão forçada ao cristianismo. O cientificismo defendia a falta de alma e humanidade desses povos, vistos como seres sem luz, distantes até mesmo dos animais não humanos. Deste modo, a população negra, durante quase quatrocentos anos, foi impedida de construir, valorizar e disseminar seus saberes, oriundos de sua realidade material e histórica fora da diáspora, ocorrendo dessa forma a morte do saber e impossibilidade de emancipação política (MBEMBE, 2016).

Entretanto, o genocídio do saber cultural é apenas o fio condutor que leva até a necropolítica que, nas palavras de Mbembe (2016, p. 146), expressa “as formas contemporâneas

que subjagam a vida ao poder da morte”; o fato econômico/político, em uma estratégia definitiva de dominação e extermínio do corpo negro. O sistema de escravidão negra é a primeira fase do capitalismo como conhecemos hoje (MBEMBE, 2016), familiarizado com o conceito de biopoder (FOUCAULT, 1995), no qual o poder não é pensado como algo pertencente a uns por ser retirado de outros, mas como difuso, perpassando por diversos setores e instituições sociais como a escola, família, dentre outras. Assim o poder não age sobre a dicotomia do opressor e oprimido, e sim de forma microfísica, sem uma base onde se irradia permanentemente, em que ocorre “a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida mais sadia”. (FOUCAULT, 1999, p. 305). Assim, “O conceito de biopolítica é tido, então, como as tecnologias de gestão dos corpos e da vida das populações, que se configuram através de uma integração de técnicas [...].Tais técnicas atuam como mecanismo de assistência social, segurança e saúde de uma população, visando um controle pelo Estado para com a mesma. (FOUCAULT, 2008 *apud* Grisoski; PEREIRA, 2020, p. 201)

A concepção de biopoder não contempla a política genocida sobre o corpo negro empenhada nos países afetados pelos processos de escravidão e colonização, especialmente África e América Latina, dando suporte à modernidade de base européia e sua reprodução na atualidade. “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (MBEMBE, 2016, p.130)

Assim, tem-se o conceito de necropolítica, buscando compreender a relação entre a soberania e violência, no qual ser soberano é manter o controle sobre a mortalidade e entender a vida como manifestação do poder, essas ações sustentam hierarquias raciais e dessa maneira o modo de agir do Estado, que garante a segurança social, ignorando e deslegitimando diversos direitos, permite atos de extrema violência e condição permanente de viver sobre a dor (MBEMBE, 2016).

Em uma postura racista, a política de Estado escolhe as vidas necessárias e as descartáveis em uma constata atividade letal.

É preciso entender que o ato de matar nem sempre se apresenta de forma nítida, ele tem todo um conjunto de técnicas que silencia sua atuação, sua configuração produzida pelo soberano pode surgir de forma disfarçada ou escancarada através do exercício do poder (MBEMBE, 2016, p. 79).

Todas as questões apresentadas demonstram a linha tênue entre o epistemicídio (fato cultural) e a necropolítica (fato econômico/político) presente nas estruturas sociais, principalmente dos países periféricos. O epistemicídio é colocado em prática, como parte inicial do mecanismo de morte proposto pelo capitalismo. A morte, antes do tiro, constrói-se na forma de colonizadora de mentes, à medida que se ceifa e nega o saber e a autoestima, impossibilitando o conhecimento do indivíduo a sua condição de subalternidade, anulando qualquer tipo de reação e contestação, contra o domínio das classes hegemônicas sobre seu corpo que caminha em direção à morte (Carneiro, 2005). Ao criar a assimilação passiva da subserviência, o racismo utiliza o epistemicídio como esteira até a completa destruição negra, proposta pela necropolítica. Juntos, os conceitos favorecem a manutenção do *status quo*, desenhando o grande plano político, que visa a aniquilação da população negra, presente na ideologia capitalista de sociedade.

## A noção de raça

A moderna noção de raças e da desigualdade foi uma construção do pensamento científico europeu e americano, em meados do século XVIII, com a finalidade de legitimar o processo de colonização, diante da investida baseada no acúmulo de capital (Schwarcz, 1993). No século XIX, o uso das teorias raciais europeias serviu como fundamento para a que os europeus se apossassem dos territórios “conquistados” fundamentando o ideal defendido por eles de que os povos além-mar precisariam ser tutelados e conduzidos à civilização.

Essa noção de raça baseada no racismo de origem europeia foi sendo construída e sus-

tentada por uma concepção enraizada na biologia partir dos pressupostos do darwinismo social que teve no filósofo inglês Herbert Spencer “o apoio necessário à elaboração de teorias díspares sobre a evolução humana e sua escala em cada povo” (COSCONI, 2018, p. 363). O grande propósito dos advogados dessa teoria é justificar a adesão de políticas excludentes para grupos humanos considerados racialmente inferiores.

Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século, os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas, a partir de critérios deterministas, e, mais uma vez, o Brasil surgiu representado como um grande exemplo; dessa feita, um “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2010, p. 22)

O que se conclui é que as manifestações, tanto acerca do racismo quanto sobre a raça, são técnicas utilizadas pelos colonizadores para subjugar os povos, como afirma Hall, (2003, p. 69): “Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo”.

Nesse contexto os autores citados relacionam suas afirmações ao modelo disseminado no século XIX que propunha uma segregação maior, alicerçada na ciência, com o objetivo de promover uma grande separação entre os seres humanos baseados em uma fabricação de especificidades que diferenciam os homens e mulheres em criaturas dominantes e dominados. O uso de demarcadores biológicos encontrou respaldo no darwinismo em um grande esforço de manipulação da teoria evolucionista, transportando-a para os estudos sociais.

Foi imenso o impacto da obra de Darwin sobre as ciências do século XIX e muito de seus conceitos e propostas básicas foram transpostas para o campo das ciências humanas. A psicologia, a pedagogia, a linguística, a sociologia e a história são exemplos de áreas do conhecimento que aplicaram conceitos darwinistas às suas práticas. Nesse período, desenvolve-se o evolucionismo social que privilegia as ideias de civilização e progresso ao estudar as organizações sociais e econômicas de várias sociedades do mundo (SANTOS, 2018, p. 23).

No Brasil essas teorias serviram para a manutenção do sistema escravista e para a afirmar que o país só se civilizaria a partir do momento que se desprendesse de suas raízes indígenas e colocasse o negro no seu devido lugar de submissão. Um dos reflexos desse posicionamento de submissão conferido aos homens negros e mulheres negras na escrita da história brasileira é o modelo de identidade nacional que tem o branco como o ser capacitado, corajoso e impetuoso que ousou desbravar os rincões da nova terra, essa figura era representada pelo português. “A conquista de uma unidade nacional é então alvo de diversos projetos entre eles a construção de símbolos e mitos que a legitimasse” (CAINELLI, 2004, p. 8). Essa concepção é excludente pois não visibiliza os povos indígenas que já se encontravam nessas terras quando os brancos chegaram, nem tampouco se preocupa em inserir aqueles que forçosamente foram trazidos para o Brasil como os africanos.

Assim, compreendendo como essas estruturas de manutenção do poder hegemônico se constituem, surge o questionamento: de qual forma, negros, negras, oprimidos e adeptos da luta antifascista podem construir barreiras que impeçam o racismo de atingir seu objetivo final? A mudança é necessária em direção a superação destes mecanismos, para que os excluídos e oprimidos possam ser agentes construtores de sua própria história e assim modificá-la, mas que tipo de mudança é necessária?

## **Da pedagogia do oprimido à pedagogia da exclusão**

O discurso da impossibilidade de mudar o mundo é o discurso de quem, por diferentes razões, aceitou a acomodação, inclusive por lucrar com ela. A acomodação é a expressão da

desistência da luta pela mudança. Falta a quem se acomoda, ou em quem se acomoda fraqueja, a capacidade de resistir. (FREIRE, 2000, p. 20).

Se a mudança é necessária e se faz presente àqueles que lutam pela transformação do amanhã, então qual o seu papel social? A mudança distante da criticidade causa exclusão. No início da obra “Pedagogia do oprimido” (1981), Paulo Freire enfatiza, brevemente, as rebeliões sociais de sua época e a busca por mudança, ressaltando o movimento dos jovens (1968), o movimento feminista, a luta antirracismo e as organizações para a libertação das colônias europeias no continente africano, rebeliões que mostram a preocupação por mudanças sociais e humanas. Freire (1981) organiza seus pensamentos e referências em um grande projeto mundial de transformação. Tão logo, o oprimido é um ser histórico, um sujeito ativo na luta por liberdade, assim, “os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em incorporar-se a essa estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si” (FREIRE, 1981, p. 70).

A pedagogia do oprimido é a pedagogia para “(a)os esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Freire, 1981, p. 17). Diante de uma educação contemporânea, que se polariza entre o desenvolvimento da escola pública e a organização da escola privada, encontra-se tentativas de reinvenções e descobertas. A pedagogia do oprimido, ou seja, daqueles que lutam por liberdade, converge com a pedagogia decolonial de negros e negras e ganha novo fôlego na contemporaneidade, contudo é suprimida muitas vezes pela pedagogia excludente (STRECK, 2009), que dialoga diretamente com o epistemicídio produzido e difundido para minorias sociais.

A exclusão social não se refere a algo novo nem uniforme (KNIJNIK, 1997). Parece que a generalização do uso da expressão exclusão social no campo da educação se deve a um conjunto de fatores, o que faz com que a expressão tenha um apelo de universalidade. As décadas de 1980 e 1990 correspondem a um movimento multifacetado da sociedade, com muitas contradições em todos os sentidos. Se, por um lado, houve o avanço das políticas neoliberais, é também o período da promulgação, na nova Constituição Brasileira, da consolidação da institucionalidade democrática e da eleição de governos populares. A ideia de exclusão social faz parte deste contexto e refere distintas perspectivas dessa mesma realidade, entre as quais destacamos as seguintes: a) a exclusão social como referência ao consenso pedagógico; b) a exclusão social como campo de lutas múltiplas para a constituição de uma nova hegemonia; c) a exclusão social como expressão do intento desconstrucionista das teorias pós-modernas. (STRECK, 2009, p. 4).

Assim, a pedagogia da exclusão caminha até as nítidas disparidades das classes sociais no contexto escolar, se valendo das relações de poder hegemônico, produzidas para preterir determinados conhecimentos. Para a escola, os “conhecimentos são coisas” e tal qual objetos são transferidos, acumulados, catalogados e quando não tem mais serventia são descartados e trocados por outros novos (MEIRIEU, 1998). Os mais robustos e simples servem de base aos conhecimentos mais articulados e raros, assim, como coisas caras, é necessário muito trabalho duro para comprá-las e precisa merecê-las e caso o indivíduo não consiga compreender, o que é posto como conhecimento fundamental e indiscutível, a culpa é somente dele.

A luta por uma educação libertadora, crítica e reflexiva é imprescindível para a edificação de uma escola como um espaço de construção de uma sociedade antirracista, todavia, aparentemente, estamos cada dia mais distantes deste ideal e mergulhando diretamente no sectarismo pedagógico e na reprodução de padrões eurocêntricos. FREIRE (1987), em seus

postulados compreende a educação, direcionada ideologicamente, como processo fundamental para construção e emancipação política do indivíduo, uma vez que, ciente do seu inacabamento e condicionamento social, é possível ser educável, assim romper os obstáculos que o negligenciam, segregam e atuam na destruição desse corpo político, neste sentido apresentamos a pretagogia.

### **A pretagogia como metodologia de combate**

Os processos educacionais brasileiros, repetidamente, debruçam-se, somente sob a concepção histórica euro-norte-centrada. Quantas vezes, em aulas de História da Educação, propagaram a falta de informação e apagamento histórico do povo negro e indígena? É possível contabilizar todas as situações, que levaram educandos negros a crerem, que os fatos históricos vinculados aos africanos, no seu continente de origem ou em diáspora, começam e acabam com a escravidão moderna? Que os indígenas brasileiros trocaram suas terras e liberdade por espelhos? Quantos absurdos racistas mais, a escola internalizou sobre essas mentes? Além de Zumbi dos Palmares, quais são os grandes expoentes na luta pela libertação negra que as instituições de ensino trabalham? Uma educação que prioriza ensinar quem foi Domingos Jorge Velho, mas ignora Dandara e Acotirene dos Palmares, precisa ser urgentemente repensada.

Como proposta para reconstruir o espaço escolar, surgiu a pretagogia, uma alternativa aos processos de ensino excludentes, gerando o pertencimento afro, que viabiliza a percepção do condicionamento negro nas estruturas de poder hegemônico, para assim superá-lo. De acordo com Petit, (2015 p. 108), a pretagogia é uma pedagogia que potencializa “os aprendizados de nossa ancestralidade africana, algo que não vemos muito acontecer.”

A evolução do ensino no Brasil tem início em 1549, com a chegada dos jesuítas, membros fundadores da primeira instituição de ensino do país, a Província Brasileira da Companhia de Jesus, iniciando a catequese dos indígenas locais. Uma educação pensada pela Igreja Católica, que mantinha laços afáveis com Portugal, com o principal objetivo: a conversão indígena à fé cristã. Logo, a formação escolar e evangelização ocorriam juntas no processo educacional, à medida em que o ensino secundário era proibido a negros e indígenas. Com a expulsão dos jesuítas da então colônia portuguesa, a educação do país passou a influenciar-se por ideias iluministas, desvinculando-se do viés puramente religioso.

Durante o período regencial no Brasil, foi criado o Colégio Pedro II, que serviria a aspiração da elite em iniciar a construção de uma identidade nacional, principalmente após as muitas revoltas populares ocorridas no país que tiveram dentre seus líderes pessoas negras, como: a Balaiada no Maranhão, a Sabinada na Bahia e a Revolta dos Malês ocorrida em terras baianas em 1835. No mesmo período em que o colégio Pedro II foi criado, criou-se o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que através da pesquisa histórica surgiu com o propósito de criar uma identidade nacional brasileira. Para que esse novo Brasil surgisse, o modelo europeu era o mais apropriado, pois emanava do homem branco a “civilização”. Os incivilizados deveriam ser assimilados ou invisibilizados. “Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros” (GUIMARÃES, 1988, p. 14).

A coluna central dessa proposição deveria ser o homem branco, de origem europeia que baseado nas teorias racistas desenvolvidas no século XIX era o homem superior na escala evolutiva proposta pelo darwinismo. “A produção histórica brasileira herdou seus elementos constitutivos da historiografia francesa e os adequou à necessidade de construção da identidade nacional brasileira” (Abud, 2011, p. 166). Essa herança, foi responsável pela narrativa histórica excludente dos povos que formaram a sociedade brasileira, os povos africanos sofreram um apagamento histórico, tendo sua história atrelada somente a escravidão, os mesmos geralmente são silenciados. Com os povos indígenas o mesmo ocorreu, houve uma simplificação dessa população, colocando-os em único grupo, esquecendo toda a sua pluralidade.

Com a abolição da escravatura em 1888, a condição do negro, enquanto ser menos importante e completamente subjugado pelo sistema, não desapareceu. Jogado às margens da sociedade, sem assistência do poder público ou qualquer tipo de reparação histórica, negros

e negras eram invisíveis em todos os setores estratégicos da nossa sociedade. Desta maneira, a cultura, história, costumes e características afrodiaspóricas foram policitamente silenciadas pelo sistema educacional brasileiro em seu processo eugenista.

Esse esquecimento se constitui como doença cultural e política degenerativa e está alinhada aos moldes do biopoder e da necropolítica, pois é nitidamente seletivo e se constitui como política de estado - a política educacional brasileira - financiada com recursos públicos e orientada por determinada episteme, que nega as ferramentas de acesso ao conhecimento crítico e referenciado, que valorize e reconheça a dívida história com as pessoas e grupos oprimidos, em especial ao povo negro. No sistema educacional brasileiro o povo negro continua povoando, na escola pública, os baixos índices de escolarização e os elevados índices de evasão entre os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, com grande parte encaminhada à cursos técnicos profissionalizantes.

A década de 1980 possibilitou a articulação de movimentos culturais, visando à valorização e resistência negra e quilombola, o desenvolvimento da luta feminista negra, que organizados com outros movimentos sociais, como o movimento negro, construíram um campo favorável para as discussões étnico-raciais no país. O movimento negro “constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira” (Gomes, 2017, p. 24).

A discriminação sofrida pelos povos negros no Brasil e por extensão pelos povos indígenas, até os dias de hoje, não foi obra do acaso e pode ser relacionada a uma política de degradação dessas pessoas com o intuito de apropriação e exploração de suas riquezas, saberes e fazeres.

Tem-se a impressão de que o negro e o índio foram vítimas de uma conspiração bem planejada durante todos esses séculos, onde foram elaboradas doutrinas com falsa base bíblica e filosófica, bem como tentativas de comprovação de teorias com uma falsa base científica, que não resistiram ao tempo (SANT'ANA, 2005, p. 49).

O autor sugere que as opressões vividas pelos negros no decorrer da história brasileira fazem parte de uma trama bem elaborada de subjugação desse povo para fins de exploração e expropriação de suas características com o propósito de assegurar os *status quo* “brancocêntrico” dominante, que se apropria do necropolítica e epistemicídio e outros vários mecanismos sociais excludentes, como forma de se perpetuarem no poder. Para que isso ocorra é preciso dar visibilidade aqueles que contribuíram e ainda contribuem para a construção de uma identidade nacional, a pluralidade brasileira deve ser respeitada e demonstrada. As explicações para justificar a situação marginal em que a população negra se encontra, por muito tempo foi feita dentro da perspectiva da meritocracia, que postula que todos tem oportunidade sem distinção de etnia/raça/cor.

Assim, somente em 9 de janeiro de 2003, surge a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96), tornando-se obrigatório a inclusão da História e Cultura Afrobrasileira, nos currículos oficiais do ensino e estabelecendo a inclusão do dia 20 de novembro “Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar. Um dos objetivos da mesma é ampliar a discussão sobre como os povos africanos e indígenas são descritos na História, qual papel eles exercem na formação da sociedade nacional e como são representados no espaço escolar por meio dos livros didáticos, conteúdos escolares e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes no cotidiano das escolas.

Essa normativa é fruto da luta do movimento negro brasileiro e dos vários atores que lutaram para que essa ação afirmativa fosse promulgada. No mesmo sentido, a educação quilombola ganha ênfase na Resolução nº8, de 20 de novembro de 2012, com a formulação das Diretrizes Nacionais para Educação Quilombola e no ensino superior a Lei das Cotas nº 12711/12. Em outras palavras a Lei 10.639 caracteriza-se como um marco histórico na luta antirracismo no país.



## A pedagogia da revolução

A pretagogia é discutida como referencial teórico-metodológico no Brasil, a partir dos postulados Sandra Petit, professora da Universidade Federal do Ceará, que parte de referências culturais e filosóficas africanas, com base nos estudos de Hampâté Bâ (1982), sobre a importância da tradição oral e Finnegan (1970), para propor uma pedagogia como um conceito que se utiliza de conhecimentos e saberes baseados na cultura africana e afro-brasileira. A pretagogia é a alternativa mais eficaz e coerente para colocar as especificidades da Lei 10.639, em prática e fundamental para destruir o mecanismo de morte empenhado pelo sistema capitalista e branquitude hegemônica, propondo a valorização dos seguintes marcadores de africanidades: autoreconhecimento afrodescendente; tradição oral; apropriação dos valores da cultura africana; conhecimento e rompimento de conceitos e estereótipos racistas vinculados às religiões de matriz africana; corpo como produtor espiritual e de saberes; reconhecimento do local social e condicionamento do corpo negro nas estruturas capitalistas, assim sendo:

[...] o reconhecimento de pertencer a uma linhagem que leva até a África, o perceber em atos, tradições, atitudes e tecnologias a presença marcante das africanidades no seu cotidiano, o desvelar de uma História até então mal contada sobre a África e a população negra, o desejo de interferir e transformar suas realidades dentro e fora da escola, a valorização da cosmovisão africana e a desmistificação e revisão de preconceitos arraigados a respeito das religiões de matriz africana (Petit; Silva, G., 2011. p. 98).

A narrativa neoliberal, presente nas metodologias de ensino mais utilizadas na escola contemporânea, contribui para a transferência de conhecimentos, uniformizam os saberes e valorizam o egoísmo e comodismo do educando (FREIRE, 1987). Desta maneira a pretagogia é a pedagogia a revolução, pois atua dentro das estruturas de poder neoliberal, transformando corpos marginalizados, em agentes transformadores de sua própria história, priorizando o autoconhecimento e pertencimento aos valores e cultura africana. Na forma de descolonizadora de mentes, a pretagogia utiliza-se o corpo como fundamental para a construção do conhecimento, introduzindo a natureza e espiritualidade de forma convergente, para tanto é necessário identificar as conexões que unem negros em diáspora com o continente africano, conexões essas, historicamente negadas e destruídas pelo racismo institucionalizado.

A pretagogia propõe um novo olhar sobre o povo negro e suas ações, no decorrer da história brasileira e universal, sua prática é de grande importância, uma vez que no Brasil os silenciamentos e a invisibilidade conferida a essa população é perceptível nas mais variadas esferas que compõem a nossa sociedade, os negros são minorias em atividades consideradas “superiores” como medicina, nas áreas jurídicas, executiva e de comando, ou seja, tal qual no início da escravidão no Brasil, o protagonismo negro ainda é discreto. Mesmo com os avanços obtidos em séculos de lutas, ainda há muito o que fazer:

Criamos o referencial da Pretagogia a partir dos elementos da cosmovisão africana, porque compreendemos que para tratar das particularidades das expressões dos/as afrodescendentes, seja necessário buscar as bases conceituais e filosóficas de origem materna, ou seja, na Mãe África. Dessa forma, a Pretagogia se alimenta dos saberes, conceitos e conhecimentos de matriz africana, o que significa dizer que estamos amparados em um modo particular de ser e estar no mundo. (Petit; Silva, G., 2011. p. 82).

A luta do povo negro brasileiro por reconhecimento e reparação se apoia em ações afirmativas como a Lei 10.639/2003, que com sua implementação ampliou os estudos sobre a população negra brasileira entrevendo outras discussões além da escravidão. Essas possibilidades nos permitiram vislumbrar outras histórias, protagonismos, vivências do povo negro na narrativa histórica brasileira (Ribeiro, 2019). Trazer novas descrições sobre as dinâmicas

e movimentações do povo negro na sociedade brasileira no decorrer do tempo, se consolida não só como um ato de resistência, mas como um ato político, social na quebra de paradigmas impostas a população negra desde o seu sequestro na África e a escravização no Brasil.

### Considerações Finais

À luz de Paulo Freire (2000, p. 67), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Pode-se perceber que o fato cultural é amplamente influenciado pelo fato econômico/político e que as sociedades que passaram (ou foram influenciadas) pelo processo de escravidão negra, utilizam-se da política de morte (necropolítica) como uma macroestrutura operante, para a constante estruturação e conservação da subordinação e diferenças sociais.

Neste sentido, a morte, antes do tiro, empenhada pelo epistemicídio, caracteriza-se como um banimento social, a negação da humanidade, onde ocorre à completa destruição da capacidade cognitiva, conhecimento e confiança intelectual da classe negra, alienando-os perante o mundo e sua própria história. Tão logo, deve-se discutir e lutar pela a emancipação de mentes, como o mesmo vigor que se discute a libertação de corpos, uma vez que primeira é alicerce fundamental na edificação do combate ao racismo e seus aparelhos de manutenção. Assim, a pretagogia tem o poder de contribuir com a população negra e transformar intelectualmente o povo preto, barrando o projeto eugenista e genocida, empenhado pela branquitude, na condição de sistema de poder hegemônico. A construção de uma consciência pretagógica é indispensável para luta.

Contudo, o desenvolvimento do saber pretagógico seria papel da educação escolar somente? Não! Toda a sociedade civil deve agir pretagógicamente, uma vez que, a leitura de mundo precede a leitura da palavra, isto é, os saberes adquiridos no seio familiar são anteriores aos saberes elencados pela escola, logo, é de fundamental importância inserir em nossas crianças negras o pertencimento afro, antes mesmo da fase escolar.

A escola e a sociedade unidas possibilitam que a criança, jovem ou adulto adquiram a capacidade de atuação na luta antirracista, emancipação do corpo político e saberes, ceifados pelo epistemicídio, que atua como esteira ideológica até a necropolítica. Por fim, segundo a pretagogia, compreende-se que a educação não muda o mundo, ela muda pessoas que transformam o mundo. Portanto, a pretagogia é transformadora à medida que é utilizada como alternativa política do povo preto contra o racismo.

### Referências

ABUD, K. M. A guardiã das tradições: A história e o seu código curricular. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 42, p. 163-171, 2011

ALMEIDA, D. **De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa**: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em cadernos negros. Florianópolis: Ilha Desterro, 2014.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 10/02/2021.

BRITO, K. A. **Saberes docentes do pedagogo**: um estudo bibliográfico com as produções pedagógicas de Freire. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC – UESPI, 2021.

CABRAL, A. **Libertação nacional e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

CAINELLI, M. A construção dos heróis e a memória nacional entre os não letrados. **História & Ensino**. Londrina, v. 10, p. 5-19, 2004.

COSCIONI, Fernando José. O Darwinismo Social na geografia humana do início do século XX: o caso da obra *Influences of Geographic Environment*, de Ellen Semple. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 349-365, 2018.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: H. Dreyfus, & P. Rabinow (Org.), Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, 2017

GUIMARÃES, M. L. S. **Nação e civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27, 1988.

GRISOSKI, D. C.; PEREIRA, B. C. **Da biopolítica à necropolítica**: notas sobre as formas de controles sociais contemporâneas. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, n. 224, ano XX, p. 199-208, 2020.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 32, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de excessão, política de morte. *Arte e Ensaio*, Revista do Ppgav/aba/ufRJ, n. 32, dez. 2016.

MEIRIEU, P. **Aprender... sim, mas como?** Porto Alegre: Artmed, 1998

PETIT, S. H. **Pretagogia**: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei No 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

SANT'ANA, A. O. de. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. Superando o Racismo na escola. 2. ed. ver. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, B. N. dos. **Raça, racismo e questão racial no ensino de história**: uma análise a partir dos livros didáticos. 2018. 106p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, Campo Grande, 2018.

SANTOS, B. de S. **La Globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá, Colombia: ILSA; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

STRECK, D. R. Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 539-560, 2009.

Recebido em: 26 de junho de 2021.

Aceito em: 13 de dezembro de 2021.